

# REGIÃO: A TRADIÇÃO GEOGRÁFICA

Roberto Lobato Corrêa\*

O termo região deriva do latim *regio*, que se refere à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política<sup>1</sup>.

O termo, contudo, passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por um critério ou outro, era reconhecida como diferente de uma outra porção. O termo região faz parte da linguagem do homem comum. No entanto é um conceito-chave para os geógrafos e tem sido empregado também por todos os cientistas sociais quando incorporam em suas pesquisas a dimensão espacial.

O propósito deste artigo é o de colocar em evidência como os geógrafos, ao longo da História da Geografia, consideraram o termo região. O intuito é clarificar para os não-geógrafos os diferentes significados

que os geógrafos atribuem a este conceito-chave. Adicionalmente, e visando a contribuir para melhor qualificar o conceito em pauta, tentar-se-á estabelecer uma conexão entre o conceito de região e a categoria filosófica da particularidade.

## Tradição e Pluralismo

Associado genericamente à noção de diferenciação de áreas, o conceito de região tem se constituído, ao longo da história moderna do pensamento geográfico, em um de seus conceitos-chaves, os outros sendo os de paisagem, espaço, lugar e território.

Em torno do conceito de região desenvolveu-se intenso debate entre os geógrafos, debate que está centrado na procura de um conceito e um método que fornecessem à geografia a sua identidade, diferenciando-a tanto das ciências naturais como das ciências sociais<sup>2</sup>.

Desde o início do último quartel do Século XIX, quando a geografia é institucionalizada como disciplina nas universidades européias, até 1970, aproximadamente, três grandes acepções de região foram estabelecidas entre os geógrafos.

A primeira apóia-se nos dados da natureza. Trata-se da *região natural*, conceito adotado tanto pelos geógrafos físicos como por aqueles que adotaram o determinismo ambiental, isto é, a visão darwinista e neolamarckiana como base para o entendimento das relações entre homem e natureza. A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural: as áreas de cerrado e de floresta equatorial são exemplos de regiões naturais. Para aqueles geógrafos a região natural

\*Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

<sup>1</sup> Consulte-se sobre o assunto: LACOSTE, Y. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

<sup>2</sup> Vejam-se, sobretudo: HARSTHORNE, R. The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 29, n.3/4, p. 171-658, Sept./Dec. 1939; CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporanea*. Barcelona: Barcanova, 1981; JAMES, P. E. *All possible words: a history of geographical ideas*. Indianapolis, The Odyssey Press, 1972.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v.57, n.3, p.21-28, jul./set., 1995.

constitui-se no recorte espacial mais relevante para os seus propósitos<sup>3</sup>.

Entender a ação combinada dos processos naturais e o impacto da ação humana sobre a região natural são, ainda hoje, de grande interesse para os geógrafos em geral. Entretanto, a região natural não mais se constitui na referência espacial chave, entre os geógrafos, para explicar diferenças no processo de desenvolvimento econômico e social, e, no limite, justificar a expansão colonial, tal como ocorreu no período entre 1870 e 1920, em que a visão determinista caracterizou o pensamento de parcela significativa dos geógrafos.

A segunda acepção de região origina-se de uma reação à matriz positivista que sustentava a leitura determinista da região natural. A matriz agora é o historicismo de base neo-kantiana, enfatizando a separação entre ciências naturais e sociais, atribuindo um caráter idiográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço. A História reduzia-se a uma sucessão de eventos em relação aos quais a contingência e a intencionalidade eram peças fundamentais para a compreensão da ação humana.

A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural. Trata-se agora da *região-paisagem*, dois termos que nas línguas alemã e inglesa podem ser referidos com uma única palavra, respectivamente, *landschaft* e *landscape*.

A região é agora entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. O arranjo dos campos, o sistema agrícola e o habitat rural, como também o dialeto e os costumes estão, entre outros, constituindo um conjunto integrado de traços

culturais que definem um *gênero de vida*. A região é vivenciada pelos seus habitantes que reconhecem sua existência concreta a ponto de nomeá-la: Pays de la Brie, Sertão, Amazônia, Campanha Gaúcha, etc. Por outro lado, os habitantes têm a sua identidade referenciada à região que habitavam<sup>4</sup>.

O período que se estende de 1920 a 1950 caracterizou-se, na história do pensamento geográfico, pela importância assumida pelo conceito de região-paisagem.

A década de 50 foi marcada, na geografia, sobretudo nos países de língua inglesa, pela denominada revolução teórico-quantitativa, de base eminentemente lógico-positivista. Emerge então a terceira acepção de região entre os geógrafos. Acepção que, contudo, não elimina as anteriores.

A região é considerada a partir de propósitos específicos, não tendo *a priori*, como no caso da região natural e da região-paisagem, uma única base empírica. É possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador. A região natural e a região-paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos.

Conceitualmente a região é uma *classe de área*, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos. Os princípios da taxonomia são adotados e os procedimentos operacionais são os da estatística descritiva, entre eles as medidas de variabilidade, a análise fatorial e a análise de agrupamento<sup>5</sup>.

Verificou-se uma profusão de estudos recortando os países em diferentes tipos de regiões homogêneas e regiões funcionais, as primeiras em torno de características consideradas como fixas e as segundas associadas aos diversos fluxos que percorrem o espaço. A vinculação entre estas numerosas regionalizações e o sistema de planejamento regional era, nos anos 60 e 70, muito nítida.

Não há dúvidas que por volta de 1970 o pluralismo conceitual estava plenamente estabelecido entre os geógrafos no que diz respeito ao conceito de região. Pluralismo que se constituiu em um dos ingredientes de uma longa e complexa tradição.

A partir da década de 70, no âmbito da incorporação de novos paradigmas à geografia, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético, como também nas geografias humanista e cultural. Adicionalmente, o conceito de região desperta o interesse de não-geógrafos, daqueles que de alguma forma se interessam pela dimensão espacial da sociedade. Novos conceitos de região foram produzidos por geógrafos e não-geógrafos, ampliando ainda mais o pluralismo conceitual.

Segundo Anne Gilbert três conceitos de região foram desenvolvidos pós-1970<sup>6</sup>. O primeiro refere-se à região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. Trata-se da regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força de trabalho e dos processos políticos e ideológicos. Alguns autores argumentam ainda

<sup>3</sup> Exemplos desta concepção estão em: HERBERTSON, A. J. The major natural regions: an essay in systematic geography. *The Geographical Journal*, London, 1905; DRYER, C. Natural economic regions. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 5, p. 121-125, 1915.

<sup>4</sup> Sobre esta visão consultem-se os estudos de: LACOSTE, op. cit.; HARSTHORNE, op. cit.; CAPEL, op. cit.; JAMES, op. cit.; Consulte-se também: Claval, P. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

<sup>5</sup> O estudo fundamental sobre a visão lógico-positivista da região é o de: Grigg, D. Regiões, modelos e classes. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 234, p. 3-46, maio/jun. 1973.

<sup>6</sup> GILBERT, A. The new regional geography in english and french-speaking countries. *Progress in Human Geography*, London, v. 12, n. 2, p. 208-228, Jun. 1988.; Consulte-se também DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 10, n. 20, 1980.

ser a região o resultado de práticas específicas de classe, de uma cultura distinta ou do regionalismo.

Merecem menção as contribuições, entre outras, de Coraggio, Massey e Smith que, com uma abordagem fundada no marxismo, rediscutem o conceito de região<sup>7</sup>.

No segundo conceito, a região é considerada como foco de identificação, sendo "definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares", uma "apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo" e, assim, "um elemento constituinte de uma identidade"<sup>8</sup>.

Duas têm sido as fontes desta abordagem. Uma é a geografia humanista que se apóia nas filosofias do significado e que, em última instância, considera a região como um espaço vivido. Esta concepção não se distancia muito da tradicional conceitualização da região fundada na paisagem e no gênero de vida. A outra é a geografia cultural renovada, cuja origem remonta aos estudos sobre a paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglo-saxônicos.

Os estudos de Piveteau, Tuan e Frémont são exemplos desta abordagem. A este respeito o título do livro de Frémont é sugestivo: *Região - Espaço Vivido*<sup>9</sup>.

A região como meio para interações sociais constitui-se no terceiro modo de sua conceitualização pós-70. Trata-se de uma visão política da região com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação

de áreas. Os estudos de Pred, Gregory e Raffestin são exemplos desta abordagem pós-70 da região<sup>10</sup>.

## As Razões do Pluralismo

Os três conceitos de região que emergiram após 1970 têm em comum o fato de estarem apoiados na idéia da persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente, as regiões estejam desaparecendo: ao contrário, admitem o processo de sua transformação. Deste modo a percepção da diferenciação de áreas, nítida no final do século, é plenamente ratificada.

É necessário apontar e ressaltar que o debate sobre a natureza da região inicia-se em um momento em que o mundo, sob a égide do capitalismo industrial, já está simultaneamente unificado e dividido, podendo-se falar em uma economia mundial, conforme assinala Eric Hobsbawm<sup>11</sup>. Segundo este autor a História de cada porção da superfície terrestre não é mais autônoma, mas dependente, em maior ou menor grau, de processos gerais, universais. A globalização, etapa superior da espacialidade capitalista, que emergirá a partir do final da 2ª Guerra Mundial, torna mais complexa ainda a fragmentação articulada de superfície terrestre.

A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também

por outras características sociais, culturais e políticas, espacialmente variáveis. A articulação, por sua vez, exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos<sup>12</sup>.

A economia mundial e a globalização econômica não geraram a homogeneização global, mas ora ratificaram, ora retificaram as diferenças espaciais que já existiam. O capitalismo industrial, em realidade, criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes. As que foram pouco ou nada afetadas passaram a constituir-se em "regiões de reserva" que o futuro iria afetar.

As regiões pré-existentes, refeitas ou recém-criadas, por outro lado, tornaram-se articuladas, originando uma economia mundial cuja configuração espacial que se assentava em um único mosaico passou a se tornar cada vez mais complexa, constituída de regiões de diversas dimensões, formas e conteúdos. A partir da segunda metade do Século XIX, o único mosaico que recobria a superfície da Terra começava a ceder lugar para diferentes recortes especiais que se superpunham.

A fragmentação articulada que caracteriza a globalização é mais complexa, implicando na afirmação de múltiplos mosaicos que se acham irregularmente superpostos. E organizados espacialmente de tal modo que, dependendo do ângulo de nossa análise, privilegiamos apenas um dos múltiplos mosaicos superpostos. Isto é possível porque as diferenças espaciais podem ser descritas pela figura de

<sup>7</sup> Vejam-se: CORAGGIO, J. L. *Territorios en transición*. Quito: Ciudad, 1987; MASSEY, D. *Spatial division of labour: social structure and the geography of production*. London: MacMillan, 1984; SMITH, N. *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

<sup>8</sup> GILBERT, op. cit., p. 210.

<sup>9</sup> Consultem-se os estudos de: PIVETEAU, Jean-Luc. *Le sentiment d'appartenance régionale en Suisse*. *Revue de Géographie Alpine*, Grenoble, v. 57, n. 2, p. 361-386, 1969; TUAN, Y. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983; FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almadina, 1980.

<sup>10</sup> PRED, A. R. Place as a historically contingent process: structuration and time-geography of becoming places. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 74, n. 2, Jun. 1984; GREGORY, D. Human agency and human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New serie, n. 6, 1981; RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. Esta corrente é fortemente influenciada pelo pensamento de Anthony Giddens. Sobre o assunto consulte-se: HAUER, J. What about regional geography after structuration theory. In: JOHNSTON, R. J., HAUER, J., HOEKVELD, G. A. (Orgs.). *Regional geography: current development and future prospects*. London: Routledge, 1990.

<sup>11</sup> HOBBSBAWN, E. *A era do capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

<sup>12</sup> SANTOS, M. Os espaços da globalização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 225 p. p. 33-37.

um complexo caleidoscópico que já estava se formando a partir da segunda metade do Século XIX.

O mesmo se pode dizer das redes que articulavam as diversas regiões. Os fluxos não estão mais sistemática e monotonicamente organizados de forma hierárquica, originando um único padrão de rede que uniformemente recobria a superfície terrestre a partir da segunda metade do Século XIX. Os fluxos tornaram-se mais densos, mais variados e multidirecionados. Há diferentes redes recobrindo a superfície terrestre, redes que são planejadas e espontâneas, formais e informais, temporárias e permanentes, materiais e imateriais, regulares e irregulares<sup>13</sup>.

E mais. A partir do pós-guerra o processo de fragmentação articulada tornou-se mais acelerado. A capacidade do capitalismo (re)fragmentar e (re)articular a superfície terrestre foi ampliada. Em outras palavras, o espaço do homem foi fortemente submetido a um processo de reconstituição das diferenças espaciais, processo que assumiu enorme rapidez. Fazer, desfazer e refazer as diferenças espaciais tornou-se, de forma mais eloqüente, uma das características da economia global, ainda que permaneça a diferencialidade espaço-temporal. O Brasil, neste sentido, apresenta-se como um rico laboratório para o estudo da criação, do desfazer e do refazer de regiões.

As mudanças na organização espacial que a economia mundial primeiramente provocou e que foram aceleradas pela globalização econômica, foram, de um modo ou de outro, percebidas pelos geógrafos. Admitimos, em realidade, que os

diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado. Pois a realidade assim o permite como, mais timidamente, já permitida no final do Século XIX e início do Século XX.

A globalização não elimina a região. Pelo contrário, torna-a mais rica, com mais qualificativos, tal como discutido por Anne Gilbert<sup>14</sup>. Torna-a mais persistente e, por isso mesmo, fundamental.

## Região e a Categoria da Particularidade

A diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como sociais e razão de ser da própria geografia como um saber dotado de uma relativa autonomia, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região.

Mas diferenciação de áreas não está, no nosso entender, associada à noção de unicidade hartshorniana (uniqueness)<sup>15</sup>. Não se associa à idéia de *singularidade* que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim à idéia de *particularidade*, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o *singular* (a especificação máxima do universal)<sup>16</sup>. Segundo Lukacs o

*movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular: ele é um membro*

*intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado*<sup>17</sup>.

A particularidade, continua Lukacs “com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa”<sup>18</sup>. E mais, para Lukacs o particular tem ocorrência na natureza e na sociedade, através da espécie, gênero, classe, estratoe, no nosso entender, na região.

A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região. Esta resulta de processos universais que assumiram especificidades espaciais através da combinação dos processos de *inércia*, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de *coesão* ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de *difusão* que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas.

Com a globalização o caráter *particular* da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens européias, fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre tornam a categoria da particularidade mais relevante.

Neste sentido, além da própria realidade demandar o conceito de região, ele constitui-se na mais importante via geográfica de se introduzir na geografia a relevante e difícil categoria da particularidade.

<sup>13</sup> CORRÊA, R. L. Redes, fluxos e territórios: uma introdução. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 225 p. p. 31-32.

<sup>14</sup> GILBERT, op. cit.

<sup>15</sup> HARSTHORNE, op. cit.

<sup>16</sup> LUKACS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>17</sup> *ibid.*, p. 112.

<sup>18</sup> *ibid.*, p. 117.

## Alguns Questionamentos à Guisa de Considerações Finais

Alguns questionamentos podem ser agora formulados à guisa de considerações finais. Referem-se eles ao Brasil, um notável laboratório para os estudos regionais, um País onde os processos sociais têm sistematicamente se realizado de modo espaço - temporalmente diferenciado, onde a criação, o desfazer e a recriação de regiões se processam com enorme rapidez, não se verificando uma estabilidade regional longamente enraizada.

Entre as possíveis questões indicam-se as seguintes:

a) Que transformações regionais verificaram-se e estão se verificando a partir da industrialização da agricultura que afetou a estrutura fundiária, as relações de produção, a pauta dos produtos cultivados e os sistemas agrícolas, o hábitat e a paisagem rural, assim como as densidades demográficas rurais?

b) O que significa, na década de 90, falar em Sertão, Agreste e Zona da Mata, tradicionais regiões do Nordeste? Outros exemplos poderiam ser mencionados (Campanha Gaúcha, Alto Uruguai, Norte paranaense, Zona Bragantina, Recôncavo Baiano, Campos Gerais, Oeste paulista, entre tantos outros).

c) Que novas regiões estão sendo criadas no Brasil? Que processos sociais gerais e que agentes estão produzindo novos recortes espaciais que são, pouco a pouco, reconhecidos

pelos seus habitantes, muitos dos quais recém-chegados? A este respeito acreditamos que a Amazônia constituiu-se em grande região no interior da qual regiões menores *ainda* irão se constituir, enquanto outras estão em pleno processo de elaboração.

d) Que questão regional pode ser identificada em cada uma das grandes regiões brasileiras? Em outras palavras, qual o embate entre o *velho* (a organização sócio-espacial preexistente) e o *novo* (novos elementos econômicos e culturais) em cada uma das regiões, embate este que acaba levando ao desfazer da velha região e o refazer de outra, nova, mas que contém traços da antiga.

A região, esta particularidade dinâmica, continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço.

## Bibliografia

- BERRY, B. J. L. *Abordagens à análise regional: uma síntese*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969. (Textos básicos, n. 3).
- BUNGE, W. Gerrymandering, Geography and grouping. *The Geographical Review*, New York, v. 56, n. 2, p. 256-263, Apr. 1966.
- CAMPBELL, R. D. Personality as an element of regional geography. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 58, n. 4, p. 748-759, Dec. 1968.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARNEY, J., HUDSON, R., LEWIS, J. (Orgs.). Regions in crisis: new perspectives. In: *European regional theory*. New York: Saint Martin's Press, 1980.
- CLAVAL, P. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.
- CORAGGIO, J. L. *Territorios en transición*. Quito: Ciudad, 1987.
- CORRÊA, R. L. Comentário do artigo Formal, functional and nodal regions: three fallacies. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, n. 2, p. 152-155, abr./jun. 1975.
- \_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre análise regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, n. 4, p. 47-52, out./dez. 1987.
- \_\_\_\_\_. A organização regional do espaço brasileiro. *Geosul*, v. 8, n. 4, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. (Série princípios).
- \_\_\_\_\_. Redes, fluxos e territórios: uma introdução. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 225 p. p. 31-32.

- COSTA, R. H. R. S. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- DICKINSON, R. *Regional ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1970.
- DRYER, C. Natural economic regions. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 5, p.121-125, 1915.
- DUARTE, A. C. O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. 2, p. 99-106, abr./jun. 1988.
- \_\_\_\_\_. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 10, n. 20, 1980.
- DUMOLARD, P. Region y regionalización: una aproximación sistémica. In: MENDOZA, J. G., JIMENEZ, J. M., CANTERRO, N. O. (Orgs.). *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- DZIEWONSKI, K., LESZCZYCKI, S., WROBEL, A. *Examen de concepts y teorías en regionalización económica*. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1969. (Textos básicos, n. 1).
- FAUCHER, D. De los países a las regiones. In: MENDOZA, J. G., JIMENEZ, J. M., CANTERRO, N. O. (Orgs.). *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- FLEMING, D. K. O ritual da regionalização. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 238, p. 5-17, jan./fev. 1974.
- FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almadina, 1980.
- GEIGER, P. P. *Reflexões sobre a regionalização*. A renovação da geografia no Brasil. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1973.
- GILBERT, A. The new regional geography in english and french-speaking countries. *Progress in Human Geography*, London, v. 12, n. 2, p. 208-228, Jun. 1988.
- GOMES, P. C. C. *As razões da região*. Rio de Janeiro, 1987. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- GORE, C. *Regions in question*. London: Methuen, 1984.
- GREGORY, D. Human agency and human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New serie, n. 6, 1981.
- GRIGG, D. Regiões, modelos e classes. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 234, p. 3-46, maio/jun. 1973.
- \_\_\_\_\_. The logic of regional systems. In: ENGLISH, P. W., MAYFIELD, R. C. (Orgs.). *Man space and environment*. New York: Oxford University Press, 1982.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr./jun. 1941.
- \_\_\_\_\_. Observações sobre o problema da divisão regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, n. 3, p. 289-311, jul./set. 1963.
- HARRIS, C. D. *Métodos de investigación en regionalización económica*. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1969. (Textos básicos, n. 1).
- HARSTHORNE, R. The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 29, n. 3/4, p. 171-658, Sept./Dec. 1939.
- HAUER, J. What about regional geography after structuration theory. In: JOHNSSTON, R. J., HAUER, J., HOEKVELD, G. A. (Orgs.). *Regional geography: current development and future prospects*. London: Routledge, 1990.
- HERBERTSON, A. J. The major natural regions: an essay in systematic geography. *The Geographical Journal*, London, 1905.
- HOBSBAWN, E. *A era do capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- JAMES, P. E. *All possible worlds: a history of geographical ideas*. Indianapolis: The Odyssey Press, 1972.
- JONHSTON, R. J., HAUER, J., HOEKVELD, G. A. (Orgs.). *Regional geography: current development and future prospects*. London: Routledge, 1990.
- JULLARD, E. A região: tentativa de definição. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 185, p. 224-236, mar./abr. 1965.
- KAYSER, B. La région comme objet d'étude de la Géographie. In: KAYSER, B. (Org.). *Géographie: entre espace et développement*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990.
- KIRBY, A., LAMBERT, D. *The region*. Harlow: Longman, 1984. (Serie space and society, n. 1).
- LACOSTE, Y. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- LUKACS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARCONIS, R. Les Géographes et la région. In: KAYSER, B. (Org.). *Géographie: entre espace et développement*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990.
- MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates*, v. 2, n. 1, 1981.
- MASSEY, D. *Spatial division of labour: social structure and the geography of production*. London: MacMillan, 1984.
- MCDONALD, J. R. The region: its conception, design and limitations. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 56, n. 3, p. 516-528, Sept. 1966.
- MINSHULL, R. *Regional geography*. Chicago: Aldine, 1967.
- NONN, H. Comment a évolué, depuis les années 60, la notion de région dans la géographie française? In: KAYSER, B. (Org.). *Géographie: entre espace et développement*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990.
- PAASI, A. *The institutionalization of regions: a theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity*. *Fennia*, Helsinki, 164, 1986.
- PIVETEAU, Jean-Luc. Le sentiment d'appartenance régionale en Suisse. *Revue de Géographie Alpine*, Grenoble, v. 57, n. 2, p. 361-386, 1969.
- PRED, A. R. Place as a historically contingent process: structuration and time-geography of becoming places. *Annals of the Association of American Geographers*, Laurence, v. 74, n. 2, Jun. 1984.
- PUDUP, M. B. Arguments within regional geography. *Progress in Human Geography*, London: Edward Arnold, v. 12, n. 3, p. 369-390, Set. 1988.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. Os espaços da globalização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 225 p. p. 33-37.
- SAYER, A. The new regional geography and problems of narrative. *Environment and planning D. Society and Space*, n. 7, 1989.
- SMITH, N. *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Las divisiones fundamentales del territorio frances. In: MENDOZA, J. G., JIMENEZ, J. M., CANTERO, N. O. (Orgs.). *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- VILLENEUVE, P. Y. Classes sociales, régions et accumulation du capital. *Cahiers de Géographie de Quebec*. Quebec: Université Laval, v. 22, n. 56, p. 159-172, sept. 1978.
- WHITTLESEY, D. O. O conceito regional e o método regional. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 154, p.5-36, jan./fev. 1960.

## **Resumo**

No presente estudo o autor ratifica a pluralidade conceitual do termo região, pluralidade que os geógrafos já reconheciam desde o final do Século XIX. A pluralidade conceitual é possível porque a economia mundial e a globalização permitem estabelecer diversos recortes espaciais.

## **Abstract**

There are several concepts of region, concepts already known and accept by geographers since the late 19<sup>th</sup> century. The conceptual plurality is possible for the world economy and globalization permit several regional division of the space of man.